

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

A EDUCAÇÃO JESUÍTICA NO PORTUGAL DO SÉCULO XVI: UM ESTUDO A PARTIR DA RELIGIOSIDADE, SOCIEDADE E CULTURA

Resumo

Este artigo tem por objetivo explicar sobre a educação jesuítica no panorama do século XVI em seus aspectos sociais, culturais, educacionais e religiosos. Contemplamos questões que dizem respeito ao contexto histórico-cultural lusitano e ao desenvolvimento da sociedade portuguesa. A religião e a religiosidade quinhentista também são abordados como forma de compreensão para aquela sociedade e, conseqüentemente, seus reflexos no Brasil colônia; partindo do pressuposto que no século XVI *ser português era ser católico*. E, por fim, analisamos, ainda, algumas questões acerca dos reis daquele século, em suma, da conjuntura política em questão, para auxiliar na compreensão de algumas decisões da Coroa. Entendemos que não há como estudarmos a história da educação na América portuguesa bem como o desenvolvimento da ciência moderna na Europa, se não falarmos e considerarmos os feitos dos inicianos. A presença jesuíta foi fundamental na propagação das ideias e desenvolvimento das técnicas educacionais.

Palavras-chave: Educação jesuítica; Religiosidade; Educação; Cultura.

Introdução

Nossa sociedade atual está intimamente ligada ao tempo ao qual vivemos. Para compreendermos a nós mesmos é necessário, no entanto, nos debruçarmos sobre o nosso passado, entendendo que somos hoje o resultado de práticas, concepções e relações que nos são anteriores. Partindo deste pressuposto, uma das nossas bases históricas está, sem dúvida, na na educação, cultura e sociedade de Portugal e, por isso, consideramos ser importante apresentarmos algumas reflexões para compreender aquele contexto e, por conseguinte, o nosso.

Apresentamos, portanto, questões a respeito dos contextos histórico, cultural e religioso de Portugal no século XVI para

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

compreender aquela sociedade e, conseqüentemente, a nossa. Faremos alguns apontamentos de questões que afetaram a sociedade portuguesa e, também, a nossa enquanto colônia.

Neste artigo realizamos estudo do período histórico e cultural de Portugal desde princípios do reinado de D. João III (1527-1551) até, especialmente, o de D. Henrique (1578-1580). Consideramos importante essa apresentação, pois versa e compõe, também, toda a origem e história da Companhia de Jesus no território lusitano a sua influência na educação portuguesa.

Quando nos colocamos a pesquisar a história da educação, devemos considerar que os documentos e fontes utilizados oferecem indicações para que realizemos a interpretação. No entanto, o dever do historiador, como afirma Paiva (2012), é o de buscar os fatos que delinearam os acontecimentos e as formas que eles realmente tomaram na realidade proposta. Ainda, para este autor, a realidade no século XVI é religiosa, Deus está no centro de todas as coisas, no centro da humanidade. Ora, é imprescindível destacar as diferenças temporais; a interpretação portuguesa certamente era outra, portanto, cabe ao historiador interpretar.

Sociedade e poder no Portugal do século XVI

A sociedade europeia do século XVI estava imersa em transformações nas várias esferas sociais, econômicas, culturais e religiosas. A época não é demarcada como moderna ao acaso. O desenvolvimento social europeu, nesse período, apresentou uma complexidade pelas questões que emergiam no período que se estendeu do século XV ao XVIII.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

Nesse contexto, as ordens sociais eram advindas do rei, ele se posicionava no centro das decisões, fossem elas políticas ou sociais. O monarca dava à sociedade direcionamentos para todos os acontecimentos, pois partia-se do pressuposto de que seu poder tinha origem divina. Os direcionamentos monárquicos compreendiam (PAIVA, 2006)

Até esse século, não só a Igreja, mas toda a sociedade eram religiosas. Os portugueses, em especial o rei, que era quem a dirigia, eram cristãos; *ser português era ser católico*. A tarefa do Rei, para além de buscar riquezas por meio de desenvolvimento e promoção do mercantilismo e do comércio, era a de expandir a fé católica; e foi assim que os jesuítas chegaram ao solo português, onde foram muito bem recebidos por, especialmente, a condição de muito bem desenvolver uma missão fundamental: o padroado¹.

Todo o comportamento nesse século estava arraigado em posturas que buscavam a formação de um homem moderno, com princípios na fé cristã; desde o trabalho até a educação, tudo estava diretamente ligado à religião, logo, vinculados ao catolicismo. Ser cristão era princípio social e deveria ser valorizado por todo aquele que se sentisse integrante daquela sociedade. O cristianismo católico constituía-se no amálgama da sociedade lusitana do período na constituição da síntese nacional (BARATA, 2000).

O contexto português era de mudanças política, econômica e social. Por um lado, havia os acordos internacionais e as conquistas ultramarinas, por outro, a organização nas ordenações, entre

1 Padroado: instituição jurídica legal e garantida por bula papal que estendia os domínios do rei para outras regiões, dando sentido de empresa e convertendo as almas. Costa (2004, p. 40) relata que “a necessária e essencial aliança entre a empresa comercial/colonial e a empresa religiosa definia o Padroado”.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

acontecimentos políticos. Para tanto, estavam os portugueses cercados por uma cultura humanística e com vários fatores que a rodeavam, o que, de certa forma, não diminuía o destaque de Portugal em relação a tantos outros países europeus.

O controle social e suas representações ficaram interligados aos desdobramentos eclesiásticos, era a religiosidade estipulando os atos a serem realizados pela população. E, além disso, evidenciamos uma mentalidade mercantil, que gerou um raciocínio de que quanto mais cristãos, mais vantagens financeiras para a sociedade.

Educação em Portugal: breves considerações

Nossa intenção é mostrar as influências educacionais da Companhia de Jesus por meio do Colégio de Santo Antão, de Lisboa, no século XVI. Porém, julgamos importante, antes, organizar algumas questões para auxiliar na compreensão do contexto sobre o qual estamos discorrendo.

É fato recorrente e habitual na história e historiografia da educação considerar que a educação na modernidade passou pela ação da Companhia de Jesus, tanto nos domínios portugueses, quanto no da colônia brasileira.

Dois aspectos inseparáveis explicam, genericamente, a atuação histórica da Companhia de Jesus, pelo menos nas primeiras décadas de sua existência: o fundamento teológico e filosófico da escolástica como o elemento conservador, e o enfrentamento de inéditas experiências ligadas ao processo de expansão da sociedade ocidental como o elemento novo, como o desconhecido e moderno de sua atuação. Os jesuítas assumiram, com o tempo, esses dois fundamentos como essenciais para a atuação em seus diversos meios, principalmente os relacionados

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

ao Império português do século XVI (COSTA, 2004, p. 120).

Mais adiante, no desenvolvimento deste artigo, trataremos a respeito da origem da *Societas Iesu* e veremos que essa ordem nasceu num período cheio de entraves, em especial, no território luso, como: Reforma Protestante (religioso), o fortalecimento das monarquias nacionais (político) e a descoberta e a colonização da América (econômico). Costa e Men (2012, p. 150) afirmam que a ação educacional não era, a priori, o objetivo da companhia, mas passou posteriormente a norteá-la.

A educação jesuítica possui características bem próprias do contexto do século XVI. Os primeiros cuidados com a educação foram abordados na IV parte das Constituições Jesuítica, porém, a pedagogia inaciana acabou ganhando um método próprio e foi regulada por um plano de estudos que ficou conhecido como *Ratio Studiorum*, publicado em 1599. Nesse plano, mesmo com data de publicação posterior à fundação dos primeiros colégios, os métodos ali propostos já vinham sendo aplicados e postos em práticas nas escolas jesuíticas. Isso tornou a Companhia de Jesus singular em sua metodologia de ensino.

Tanto a educação como a instrução² foram administradas pelos jesuítas à medida que Inácio de Loyola direcionava seus discípulos; tinham como princípio superior a obediência e passaram no século XVI a fundar suas primeiras instituições. Os colégios da companhia, em Portugal, iam além de casas de estudos, serviam também de moradia de

² Vemos, aqui, a educação como algo mais amplo que é realizado pelos hábitos, costumes e valores agregados a uma sociedade, não a vemos, nesse caso, somente como algo institucional, mas sim, uma questão relacionada à civilidade demonstrada pelo indivíduo na socialização, enquanto a instrução faz referência às ações de ensinar, doutrinar, transmitir conhecimentos e processo de ensino-aprendizagem.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

seus mestres e pares, centralizavam-se ali a organização e a administração da ordem.

O reitor do colégio era o terceiro na hierarquia jesuítica, estando abaixo do superior provincial e do superior geral. Quem tinha a função de gerenciar a parte escolar era, segundo escrevia o *Ratio*, o Prefeito de Estudos. O colégio era, portanto, para a Companhia de Jesus, o que eram o mosteiro ou a abadia para outras ordens religiosas mais antigas, daí a necessidade de sempre fundá-los onde quer que estivessem (COSTA; MEN, 2012, p. 151).

Os jesuítas, entre as décadas de 50 e 60 dos *Quinhentos*, realizavam planos de ensino, aplicados por três anos nas instituições de ensino e, posteriormente, enviavam um relatório final a Roma, aguardando aprovação das metas colocadas em prática nos Colégios da companhia. Esse ato foi realizado cerca de três vezes na organização jesuítica, até que no ano de 1599 foi elaborada a *Ratio Atque Institutio Studiorum*. Os fundamentos da *Ratio Studiorum* (como ficou mais conhecido o documento) já haviam sido testados, considerando que um de seus princípios mais destacados era o de que educar e ensinar o próximo, ou seja, uma questão religiosa.

Ao chegarem a Portugal, os jesuítas foram muito bem recebidos pelo monarca D. João III, o que facilitou tanto suas acomodações como a progressão gigantesca de sua ordem. E, após um tempo de estadia em território luso, os jesuítas tiveram a possibilidade de ter a primeira casa de formação, o mosteiro de Santo Antão o qual acomodava apenas aqueles que serviriam à companhia e ocupariam uma cadeira na Ordem, sendo depois encaminhados para frequentar a universidade. O superior dos jesuítas em território português, Simão Rodrigues, vinha conquistando e recebendo muito bem os novos membros da instituição.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

Para tanto, ressaltamos que foi D. João III quem requisitou o trabalho missionário dos jesuítas, e isso ainda antes de se tornarem uma ordem legalmente constituída. Diogo Gouveia, como antigo reitor do Colégio de Santa Bárbara, indicou Favre, Loyola e Simão Rodrigues para tal tarefa. Ou seja, mais uma vez, afirmamos que foi o monarca português o principal responsável pela ida da Companhia a Portugal.

Com a boa aceitação do mosteiro de Santo Antão na sociedade lusa, os jesuítas passam a pensar em maiores investimentos por parte da Companhia, o que o se fez com o enfrentamento de adversidades (RODRIGUES, 1931a).

A própria Universidade de Coimbra também procurou criar empecilhos à edificação da obra da Companhia. Porém, D. João III dava muito valor a tal progresso e sabia exatamente o que este significaria a seu território e povo. O Colégio de Coimbra foi fundado em 1542, favorecendo ainda mais a ordem dos padres religiosos. Em 1547, o rei iniciou a edificação do Real Colégio das Artes, preparatório para a Universidade de Coimbra, dirigido pelo humanista Mestre André de Gouveia (1497 - 1548). Após a fundação e cinco meses de funcionamento, morreu o diretor do colégio. Com estruturas da instituição abaladas, havia infâmias e depreciação nos costumes e, com tantas dificuldades, o monarca lusitano entregou, em 1555, o colégio à administração da Companhia.

Nesse mesmo período destacamos a construção da Universidade de Évora, que foi a primeira universidade dirigida exclusivamente pelos jesuítas em Portugal. O Cardeal D. Henrique (1512 - 1580) iniciou o funcionamento do Colégio do Espírito Santo, em Évora, que posteriormente originou a universidade, pois isso já era um princípio cogitado, em novembro de 1559, entre tantos outros colégios e

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

iniciativas à instrução que a Coroa teve por meio da Companhia de Jesus.

Dessa forma, como destacamos, o objetivo aqui não é ilustrar toda a trajetória percorrida em solo português, disso trataremos mais adiante, mas sim destacar alguns acontecimentos importantes a fim de auxiliar na ligação dos fatos abordados a seguir e explicitar a sociedade portuguesa do século XVI.

Religião e religiosidade Quinhentista portuguesa

A religiosidade é um fator marcante a todos aqueles que voltam seus olhares e estudos à história, sobretudo portuguesa, no século XVI. Para compreendermos a religião e a religiosidade quinhentista, devemos buscar a racionalidade que pairava no mundo português nesse século; Deus estava fortemente presente na vida dos homens. Para nosso melhor entendimento, Costa (2009, p. 03) esclarece que:

A racionalidade que presidiu a expansão do Império Português foi a mercantil. Ainda é cedo para se falar de uma racionalidade burguesa, industrial, mas não é intempestivo reconhecer que a busca do lucro pelo comércio das mercadorias inspirou e justificou os enormes e custosos (tanto no sentido material como humano) empreendimentos náuticos da Coroa Portuguesa.

Podemos afirmar que as empresas religiosas, para Costa (2009), inspiraram-se nesse movimento da mentalidade mercantil. A racionalidade jesuítica deriva da origem de tradição doutrinária e política da Igreja e da mentalidade mercantil do século XVI. Para tanto, a racionalidade é compreendida como instrumento jesuítico para dar sentido às suas atividades, especialmente para evangelizar.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

Como Paiva afirma em seu livro *Colonização e Catequese* (2006), a vida religiosa era partilhada por todos os seres humanos, era justificativa para todos os feitos ocorridos na e para a sociedade. E, imerso nesse cenário, temos uma figura determinante ao desenvolvimento religioso dessa sociedade: o rei.

Paiva (2012) corrobora Kantorowicz (1998) quando afirma que socialmente o poder do rei seria equivalente ao de Deus. Por isso, a sociedade entendia que o rei governava, mas, tomado pelo espírito de Deus; ele respondia pelo próprio Cristo, o rei era a cabeça de seu povo.

A visão portuguesa no *Quinhentos* permanecia com a crença filosófica de que Deus era o centro de todo o universo/humanidade e, para tanto, o homem era um instrumento nas mãos divinas, que poderia ser personificado na figura do rei. Para contemplar esse século, em especial, precisamos considerar que a história vai acontecendo e se redefinindo de acordo com os novos delineamentos sociais.

Nessa perspectiva, nenhum ato humano é realizado individualmente, mas sempre apoiado pelas indicações celestes. Há justificativas “superiores” para tudo o que diz respeito aos homens, todas as coisas são realizadas por vontade e ajuda de Deus. Então, Portugal, do século XVI, era regido pela compreensão religiosa e confiança nas determinações místicas divinas. Quando documentos referiam-se a Deus, notavam-se mais credibilidade e confiança por meio da compreensão jurídica; o discurso era interpretado como verossímil.

Eram latentes as “coincidências” entre as decisões humanas e as divinas, já que a força das decisões autoritárias era apoiada em Deus. Paiva (2012, p. 59) destaca que “os interesses da autoridade se identificavam com os interesses de Deus, os interesses de Deus com os interesses da autoridade”; por meio da ordem divina, a autoridade, e o

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

rei como a maior delas, apoiava-se para tomar decisões e indicar os certos e/ou errados atos realizados pela sociedade.

A fé permeava todo o cenário luso, ela embasava os acontecimentos da esfera social. E, no que tange aos papéis sociais e suas consecutivas tomadas de decisões, ao rei cabia orientar e administrar seus subordinados como governantes, capitães e afins. Era o rei quem escolhia e determinava as atribuições referentes ao clero, era ele quem organizava as práticas sociais.

Outro ato julgado pelas leis de Deus, por meio das ordens monárquicas, era a transgressão³, que se referia ao corpo social. A pessoa poderia se arrepender de tais atos, o que lhe evitaria castigos maiores. Ficava aos critérios da Igreja puni-la ou perdoá-la, emitir a excomunhão ou extingui-la. A última seria a maior e pior punição de todas as instituídas, o indivíduo estaria fora dos ritos religiosos. A remissão dos pecados poderia ser estipulada tanto por penitência como até mesmo por multa.

Na religiosidade o culto era uma espécie de unidade dos cristãos católicos portugueses, uma junção de forças entre Igreja e Estado para presidir uma cerimônia, que, por sua vez, era realizada pelo vigário ou bispo incumbido de tal função. Os gestos eram formatados de acordo com as determinações propostas pelos dogmas religiosos e a interpretação era desenvolvida de acordo com a tradição lusa. Essas realizações aconteciam nas igrejas durante a missa.

A missa consistia na pregação, na prática dos sacramentos, nas devoções, tais quais as que ainda acontecem em nossa sociedade. Ser cristão não dizia respeito apenas a praticar a fé pregada pelos vigários,

3 Transgressão: ato em forma de delito que prejudicasse as leis divinas superiores e automaticamente a sociedade, o que acarretava punição.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

mas, sobretudo, exigia as idas à missa, em especial, aos domingos e dias de guarda. Destinava-se a momento de integração e unificação social e política.

Os cultos consistiam em pregações, em que a ordem se mantinha presente e compartilhava tanto do poder civil como do eclesiástico. É preciso considerar que tanto o primeiro quanto o segundo davam-se com bases religiosas. A pregação era sempre voltada com fortes argumentos convincentes àqueles que visavam à conversão. Os sermões, por exemplo, eram sempre extensos, e o discurso, todo voltado ao convencimento daqueles que ouviam, era arraigado nas proposições mistas de esperança e medo.

Sendo assim, a pregação era a parte mais importante da missa, a que era mais bem avaliada; no entanto. Destarte, o fiel poderia não respeitar o padre e até menosprezá-lo, porém não poderia, jamais, desfazer-se dos princípios estabelecidos na missa, tampouco dos sermões por ele proferidos. Caso o contrário a isso acontecesse, o fiel cristão poderia até mesmo ser excomungado da Igreja.

Entendemos que na religiosidade era indicada a presença de Deus como centro de toda a vida lusa. É importante, para compreendermos esse século, que possamos nos aproximar da linguagem, dos signos, pois apenas assim conseguiremos nos pautar nos conhecimentos plausíveis dessa sociedade. O *Religioso* e o *Mercantil* diziam respeito a essa ordem social. O mercantil designava a qualidade do negócio, da mercadoria. O religioso estava fora do alcance do último sentido, o mercantil realçava o concreto.

Um olhar positivo ao homem e seus feitos, por meio de uma racionalidade mercantil, que valorizada, em última instância, a medida humana, abriu uma janela social denominada humanismo, do qual

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

trataremos mais adiante. Essa corrente de pensamento veio alterar um centro que estava com foco no sagrado para a ciência. Deu-se aí uma transformação de valores, uma inversão de muitos hábitos e releituras de atos.

É indispensável analisarmos a experiência mercantil, em que os europeus passaram a não produzir mais apenas para a própria subsistência, mas também para o comércio, para a troca. Alimentos e tecidos as mercadorias de maiores proporções, pois impulsionaram muito mais o consumo. O vendedor e o comprador relacionavam-se entre si para a realização da venda; ora, quem vendeu queria ganhar o lucro, a fim de ser favorecido por ter proporcionado a compra.

Nessa etapa mercantil, o homem “[...] tem que calcular, planejar, experimentar, acompanhar a experiência, analisar os passos e o resultado, criticar os sucessos e os insucessos” (PAIVA, 2012. p. 184); assim, o *afeto* que caracterizava o sistema feudal perdeu lugar ao *efeito* e foi realizado individualmente, o todo perdeu lugar. Como a mercadoria passou a ocupar lugar central nas preocupações do homem, ele passou a olhar todas as outras coisas com a visão de mercadoria. A forma de pensamento racional tornou-se característica da sociedade, sendo parte integrada ao agir do homem, a chamada *racionalidade*.

O Homem, porém, não é uma máquina e por isso, posto um princípio, não se transforma automaticamente. Posto o princípio de transformação, sua experiência vai se transbordando pelos mais variados tipos de comportamento e, assim, ele vai se transformando, lentamente e em compassos diversos. A diversidade dos compassos não infirma o processo: desenha a experiência da sucessão. Assim, no que diz respeito a esta pesquisa, o europeu adere à racionalidade sem quebrar, de uma vez, com o entendimento que tinha da vida em geral (PAIVA, 2012. p. 185).

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

A centralização de Deus em todas as coisas foi, aos poucos, afastando-se. A questão mercantil estremeceu as bases religiosas, pois a vida cristã passou a se organizar de forma diferente; as raízes religiosas perderam a força consideravelmente. Desde as épocas de profunda conversão o indivíduo foi obrigado a lidar com os fatos, buscando a sua salvação e a dos demais. No entanto, naquele momento, assim como no sistema mercantil, o indivíduo buscava a salvação para si, era responsável tanto pelo seu desenvolvimento comercial como pela sua libertação dos males e pecados mundanos. Com a reforma prestes a acontecer, manifestações religiosas bem como o estabelecimento de algumas novas ordens eram corriqueiras na sociedade.

Como é possível verificar, ao analisarmos as presentes referências, a Igreja estabelecia e possuía um controle imenso sobre as pessoas. Desde os recursos sociais naturais até os medicinais eram controlados de forma ou outra pela instituição religiosa. Os ritos espirituais e os feitos sobrenaturais deveriam passar pelas aprovações eclesiásticas e, caso isso não acontecesse, aquele que se sujeitasse a realizar poderia ser apontado e condenado como herege por aderir, como principal cultura, à das bruxas. Com o Concílio de Latrão⁴, quem estava fora da Igreja não estaria salvo, pois se Jesus Cristo deu sua vida para redimir os pecados mundanos, todo aquele que diferente fizesse estaria condenado ao pecado.

O século XVI abriu um período de crise da Igreja. Havia padres que mal sabiam latim e queriam ostentar riqueza - uma crise geral. E

⁴ Concílio de Latrão: foi um concílio ecumênico da Igreja Católica, convocado pela primeira vez pelo Papa Calisto II em dezembro de 1122. Os objetivos do Concílio eram diversos, mas um dos principais era o de acabar com as práticas de conferir benefícios a pessoas leigas.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

nesse movimento contextual seguiu a reforma, de Lutero, o qual acreditava que a filosofia, a teologia e o direito estavam se perdendo.

A reforma protestante aconteceu por meio das convicções distintas de alguns movimentos em contraposição ao catolicismo quinhentista. Os reformadores luteranos tentaram mostrar, por meio de suas convicções, propostas diferentes para desenvolver a educação, a sociedade e a economia. Com a discordância para com a Sé Romana, o cristianismo ocidental acabou por se fragmentar, dando origem a correntes como luteranismo e calvinismo⁵.

Na Igreja Católica, trabalhar para obtenção de lucros era uma forma pietista de levar a vida, só era permitido nos padrões cristãos viver para manter a essência vital. Acreditamos ser nessa vertente que a alta burguesia se enquadrava para justificar seus interesses e acumular riquezas sem a reprovação eclesiástica.

No que diz respeito à reforma da Igreja Católica, para Dias (1960), os costumes religiosos e as instituições eclesiásticas em crise afetaram todo o território europeu. A cultura, a sociedade e o clero passaram a fragmentar-se em princípios do século XVI. As preocupações passaram a ser divergentes e os objetivos percorridos passaram a ser outros. Rodrigues (1931a) afirma que, com o Concílio de Trento e a reorganização de muitos dogmas católicos, a disciplina do catolicismo tomou por sentido outras ideologias.

As letras e o humanismo perderam sua centralidade e foram colocados a serviço do Estado e da fé. O humanismo foi tomando delineamento formal e sendo oficializado nas escolas e na cultura

⁵ Movimento suscitado por João Calvino que almejava uma fé reformada, rompendo com as doutrinas e práticas da Igreja romana. Acreditava, também, ter preenchido as lacunas que a reforma luterana havia deixado por completar.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

quinhentista lusa. Rodrigues (1931a) acredita que o humanismo foi não apenas instrumento para disciplina e cultura erudita, mas também exclusivamente ao serviço de uma doutrina católica.

Não obstante a reforma protestante, a reforma católica trouxe como espinha dorsal de seu projeto restaurador uma recuperação moral e espiritual, não sendo exatamente os mesmos princípios de Lutero. As estruturas eclesiais e as tomadas de decisão por meio da Igreja reorganizaram e influenciaram na preocupação de um avanço protestante europeu. Alguns intelectuais, conscientes do fator de risco que a reforma protestante poderia apresentar em território europeu, organizaram-se para uma inovação na doutrina do cristianismo. E, com a luta ao combate protestantista, o catolicismo veio com aprofundamentos na vivência do cristianismo na ordem ética e cultural.

A estrutura da ideologia e disciplina da reforma católica não foi realização de obras instantâneas e momentâneas. Seu processo foi vagaroso e seus princípios se concretizaram na última etapa do concílio tridentino. Dias (1960) afirma que a Cúria Romana parecia contrária a muitas decisões a serem tomadas no que dizia respeito aos ideais reformadores. O clero, tampouco a sociedade cristã, não estavam preparados para enfrentar a profunda crise na Igreja e nem mergulhar nesse abismo de revolução no campo religioso e conseqüentemente sociocultural.

D. João III, herdeiro das ideias reformistas já realizadas pela coroa lusitana no tempo de D. Manuel, dá continuidade à reforma e se torna uma figura de destaque na cultura portuguesa. Aderia firmemente às ordenações religiosas e realizava suas ações políticas em consonância às características de uma sociedade imersa na restauração católica. E, para, além disso, vertentes influenciaram essa tendência

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

reformista portuguesa nesse momento. Com o concílio tridentino a tomada de consciência no que tange à doutrina e à política foi processada e se estendeu a todos os setores do território português.

No catolicismo, com as alterações realizadas por Trento, criou-se, alinhado à consolidação da doutrina tradicional, um programa que tivesse por meta controlar o sistema pastoral das dioceses. Os bispos passaram a ter novas funções, sendo uma delas a de passar sobre os privilégios de qualquer membro eclesiástico, tendo assim o direito de restringir ou impedir qualquer decisão dentro da instituição; e foi nesse mesmo ambiente e período que nasceu a Companhia de Jesus (CAMERON, 2006).

Contudo, a Companhia de Jesus estava empenhada, posteriormente, na educação, sobretudo, religiosa. Inácio, seu fundador, compreendia que era importante abordar as doutrinas de forma correta, até mesmo para benefícios posteriores dos jovens. No Concílio de Trento, havia determinações para que essa educação fosse realizada em seminários onde, a priori, a educação fosse destinada ao sacerdócio. Para tanto, os jesuítas elaboravam também o trabalho de formar sacerdotes para a reforma católica, em que os missionários partiam para América e Ásia com os princípios da evangelização cristã e conversão das almas. Os próprios padres da Companhia defendiam seus atos a partir dos textos religiosos e proclamavam por meio deles a verdade absoluta a ser seguida.

Costa (2004) salienta que as reformas religiosas ocorridas no século XVI, vistas para além de seus efeitos, devem ser consideradas em todo o contexto ao qual estão envolvidas. É preciso lembrar ainda que o interior da Igreja não é o fator isoladamente responsável pelos acontecimentos, mas também movimentos sociais e culturais modernos

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

que produziram as condições para que a Igreja Católica e seus respectivos membros empreendessem a reforma.

Considerações finais

Os reis citavam constantemente em suas cartas, do século XVI, a expressão “*façam isso a serviço de Deus e meu*”. Paiva (2012) esclarece que a concepção que se tinha da realidade era em todos os sentidos levada em conta pelas referências ao divino. Como citamos anteriormente, o rei era concebido como a cabeça de todo o corpo social, tudo deveria ser feito para a sua glória, logo, para a glória de Deus. Sendo assim, a presença divina estava entre todos os homens, tanto para o auxílio espiritual como para os atos cotidianos, como os negócios financeiros, ou seja, atendia a qualquer esfera social.

Na formação social quinhentista, tanto portuguesa como da colônia brasileira, era possível notar presença, como defende a Sagrada Escritura, onipresente de Deus. Ele estava pronto a auxiliar e participar da realidade de todos os indivíduos, não sendo apenas personificado secundariamente. Essa figura divina é emergente e trata das mais várias formas de representações sociais, sejam quais forem as atividades realizadas pelos homens. Todos os benfeitos e malfeitos do rei e toda a sua administração eram realizados com as justificativas de atender ao bem e à glória de Deus. A ajuda divina deveria estar sempre presente, o que justificava toda a esfera religiosa que pairava sobre o território luso.

O rei era ainda considerado, principalmente nos séculos XV e XVI, um defensor da justiça, indivíduo que a garantiria e exercia uma figura paterna daquela população, ele possuía a autoridade e com ela

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

deveria governar e determinar a legislação vigente, sendo um representante da figura divina na terra.

Para tanto, ao emprendermos o esforço para tratar essa conjuntura do século XVI e partindo do pressuposto de que a educação, seja ela formal ou informal, está dialeticamente interligada à cultura e à sociedade, afirmamos que o papel desenvolvido, principalmente educacional, pela Companhia de Jesus no Portugal dos *quinhetos* foi fundamental, pois ela representava e, de certa forma, sintetizava, os três aspectos desenvolvido até aqui: ela era um braço da Coroa lusitana e estava a seu serviço, tanto aquém como além mar; sua prática, inspiração e letras eram cristãs católicas, estando a serviço do aumento do rebanho de Cristo e da sua melhor educação; e, finalmente, ela participava de uma racionalidade mercantil, que motivava o trabalho pelo aumento e engrandecimento de toda sua obra educacional e catequética.

RELIGIOSITY IN THE UNITED KINGDOM FROM THE 16TH CENTURY: A STUDY FROM THE EDUCATION, SOCIETY AND CULTURE

Abstract

This article aims to explain about the Jesuits education at the panorama of the 16th century in its social, cultural, educational and religious. We contemplate issues that relate to the historical-cultural context lusitano and the development of the Portuguese society. Religion and religiosity 1500s are also addressed as a way of understanding that society and, consequently, their reflections in the colony Brazil; on the assumption that in the 16th century Portuguese Catholic to be be. And, finally, we analyze also some questions about the Kings of that century, in short, the political climate in question to assist in understanding and some decisions of the Crown. We understand that there's no way we can study the history of education in Portuguese America as well as the development of modern science in Europe, if we don't talk and we consider the achievements of Ignatius of Loyola. The Jesuit presence was instrumental in the spread of ideas and development of educational techniques.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

Keywords: Jesuit Education; Religion; Education; Culture.

Referências

BARATA, Maria do Rosário Themudo. Portugal e a Europa na Época Moderna. 2000. In: MATTOSO, José. [et al] TENGARRINHA, José (Org.). **História de Portugal**. Bauru, SP: EDUSC; São Paulo, SP: UNESP; Portugal, PO: Instituto Camões, 2000.

BLACK, Christopher F. A sociedade. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O século XVI: História da Europa**. Porto: Humbertipo, 2006.

CAMERON, Euan. O turbilhão da fé. 2006. In: CAMERON, Euan (Coord.). **O século XVI: História da Europa**. Porto: Humbertipo, 2006.

COSTA, Célio Juvenal. **A Companhia de Jesus: racionalidade e civilização**. Anais do Grupo de Estudos dos Processos Civilizadores. Universidade Estadual de Londrina. 2009. Disponível em: http://www.uel.br/grupo-estudo/processoscivilizadores/portugues/sitesanais/anais9/artigos/mesa_redonda/art10.pdf. Acesso realizado em: 24.03.2014.

_____, Célio Juvenal. **A racionalidade jesuítica em tempos de arredondamento do mundo: o Império Português (1540-1599)**. Tese de Doutorado. Piracicaba: Unimep, 2004.

_____, Célio Juvenal. Fontes Jesuítas e a Educação Brasileira. In: COSTA, Célio Juvenal. MELO, José Joaquim Pereira. FABIANO, Luiz Hermenegildo (org.). **Fontes e Métodos em História da Educação**. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2010. p. 193-214.

DIAS, José Sebastião da Silva. **Os Descobrimentos e a Problemática Cultural do Século XVI**. Lisboa: Editorial Presença, 1973.

KANTOROWICZ, Ernst. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

PAIVA, José Maria de. **Colonização e Catequese**. São Paulo: Arké, 2006.

Natália Cristina de Oliveira
Célio Juvenal Costa
Sezinado Luís Menezes
Universidade Estadual de Maringá

_____, José Maria. **Religiosidade e Cultura Brasileira:** séculos XVI - XVII. Maringá: Eduem, 2012.

RODRIGUES, Francisco. **História da Companhia de Jesus na Assistência de Portugal.** Tomo I – Volume I. Pôrto: Apostolado da Imprensa, 1931a.

Recebido em: 17/02/2016
Aprovado em: 01/03/2016